

## CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS ATA DA REUNIÃO DO DIA QUATORZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

Aos quatorze do mês de julho de dois mil e vinte e três, às 09h47, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no auditório do Parque Tecnológico, sob a presidência Professor João Ramos Torres de Mello Neto. Estavam presentes à Sessão o Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa, Felipe Siqueira de Souza da Rosa, a Superintendente Acadêmica de Pós-graduação Fernanda Carvalho de Queiroz Mello; a Superintendente Administrativa, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros Docentes representantes dos Centros Universitários: Claudia Moraes de Rezende (CCMN), Alexandre Guedes Torres (CCMN), Adriana Santarosa Vivacqua (CCMN), Julie de Araujo Pires (CLA), Anieli Improta França (CLA), Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Fabricio Leal de Oliveira (CCJE), Kátia Vergetti Bloch (CCS), e Verônica Maria Araujo Calado (CT). Os Conselheiros representantes do Fórum de Ciência e Cultura: Carlos Renato Rezende Ventura, Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho e Marina Bento Soares. A representante do Campus Duque de Caxias: Luisa Andrea Ketzer. Os representantes discentes: Roberto Guardatti Gambine Moreira e Nalbert de Farias Araujo. O representante dos técnicos-administrativos: João Sérgio dos Santos Assis. O representante do Campus Macaé: João Luiz Mendes Wanderley. Justificaram a ausência os Conselheiros Ethel Pinheiro Santana (CLA), Liliane Magalhães Girardin Pimentel Furtado (CCJE), Eliane Guedes (FCC) e Marcos da Silva Neves (Antigos alunos). Iniciando os trabalhos, o presidente da Sessão saudou os conselheiros e destacou a relevância daquele encontro, reconhecendo o entusiasmo da nova gestão da PR-2 e a oportunidade de conduzir uma reunião marcada por transições e desafios institucionais importantes.

**Expediente. 1)** A Conselheira Juliany Rodrigues fez uso da palavra para agradecer sua experiência no Conselho e anunciar o encerramento de seu mandato. Em uma fala, a conselheira lembrou os desafios enfrentados no campus de Duque de Caxias, destacando que sua permanência ali representava um compromisso com a missão pública da universidade, expressando sua gratidão pelos aprendizados no CEPG, os quais foram fundamentais para seu amadurecimento institucional e pessoal. **1.1-** Na sequência, o conselheiro Renato Ventura também homenageou a conselheira Juliany Rodrigues, ressaltando sua inteligência, sensibilidade e dedicação, além de reafirmar a importância do Conselho como espaço de debate, transformação e aprendizado. A conselheira Veronica Calado manifestou-se em seguida, elogiando a atuação da colega e mencionando sua participação no grupo de trabalho da CAPES sobre ensino híbrido, destacando que a concepção adotada pela CAPES difere da institucional, tratando o híbrido como metodologia e não como modalidade. A conselheira Cláudia Figueiredo compartilhou sua admiração por Juliany Rodrigues, rememorando a parceria estabelecida ao longo do mandato e enfatizando seu comprometimento com a UFRJ. **1.2-** A Conselheira Juliany Rodrigues aproveitou o momento para convidar os presentes para uma celebração no campus de Duque de Caxias, que unirá o aniversário de quinze anos do campus com a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. A conselheira Cláudia

Rezende reforçou a importância da atuação de Juliany Rodrigues em temas como ações afirmativas e destacou a recente publicação de uma portaria da CAPES permitindo a acumulação de bolsas com atividades profissionais remuneradas, sugerindo que o CEPG promovesse um debate institucional sobre o tema. **1.3-** Dando prosseguimento à pauta, foi votada e aprovada por unanimidade a inclusão de ponto proposto pelo conselheiro Renato, referente à prorrogação do prazo de análise técnica das propostas do Edital ALV 2020/2023, diante do volume de duzentas e vinte e nove propostas recebidas. A proposta foi acolhida por unanimidade. Sem mais inscritos, passou-se a **Ordem do dia. 2.1- Discussão sobre a Minuta de Resolução Stricto Sensu Acadêmico – Relatora Verônica Calado.** A conselheira Veronica Calado deu início à leitura dos artigos da minuta de resolução em discussão, começando pelo artigo décimo, comentando sobre a necessidade de esclarecimentos na redação, principalmente no que diz respeito à porcentagem mínima de docentes da UFRJ em programas integrados com outras instituições. **2.1.1-** A conselheira Aniela França propôs maior clareza quanto aos percentuais, sugerindo a explicitação de cinquenta por cento como patamar mínimo, mantendo margem para outras composições. **2.1.2-** A conselheira Kátia Bloch sugeriu reforçar que professores colaboradores externos não precisam necessariamente estar vinculados à UFRJ. **2.1.3-** O conselheiro João Sérgio propôs adequações no inciso quinto, para garantir a inclusão de docentes e técnicos administrativos aposentados, conforme precedentes em outras resoluções. A proposta foi pacificada e aprovada. **2.1.4-** O conselheiro José Garcia levantou preocupação sobre os programas em rede e multicêntricos, sugerindo que a exigência de cinquenta por cento de docentes da UFRJ poderia limitar essas configurações. Foi consenso entre os membros que um parágrafo específico deverá ser redigido futuramente para tratar dessas exceções. **2.1.5-** Em relação à participação de docentes do Colégio de Aplicação (CAp), as conselheiras Aniela França e Juliany Rodrigues ressaltaram a importância de uma liberação formal da unidade de origem, como prática já adotada na pós-graduação. **2.1.6-** O conselheiro João Sérgio destacou que a competência de liberação de carga horária cabe à chefia da unidade, devendo o Conselho apenas verificar a existência de tal autorização. **2.1.7-** A conselheira Veronica indicou que o texto do artigo deveria ser reestruturado, sintetizando no caput as exigências gerais, sem legislar sobre responsabilidades que cabem às unidades. O artigo décimo primeiro foi mantido sem alterações. No artigo décimo segundo, foi introduzido um novo parágrafo quarto, relativo ao compromisso institucional com as condições de funcionamento do curso. O artigo décimo terceiro foi analisado com ênfase na responsabilização do pró-reitor pela garantia de estrutura física e administrativa, frente ao alto número de propostas em avaliação pela CAPES. O artigo décimo quarto foi lido, sendo destacados comentários sobre a exigência de experiência docente em projetos de iniciação científica, extensão, e trabalhos de conclusão de curso. **2.1.8-** A conselheira Juliany Rodrigues compartilhou experiência de ação de extensão coordenada por discente em Duque de Caxias, ressaltando a relevância dessas iniciativas na formação. **2.1.9-** O conselheiro Alexandre Guedes sugeriu o uso do termo "impacto" no lugar de "extensão", enquanto a conselheira Cláudia Rezende destacou que a CAPES tem cobrado evidências de inserção social. O conselheiro Renato sugeriu a expressão "comprovação de inserção", como alternativa que abarcasse diferentes realidades e exigências. **2.1.10-** A conselheira Juliana Beatriz propôs a inclusão de artigo sobre reestruturação de cursos, sugerindo que fosse inserido como artigo décimo quinto, antes da seção que trata da CAAC. **2.1.11-** A superintendente Fernanda Mello levantou questionamento sobre a obrigatoriedade das experiências exigidas no artigo quatorze, sendo esclarecido que a exigência recai sobre o corpo docente como um todo. As discussões seguintes versaram sobre o artigo vigésimo quarto, com foco na necessidade de publicização dos editais de seleção de discentes.

90 **2.1.12-** O conselheiro José Garcia alertou para a importância de ampla divulgação,  
91 sugerindo a obrigatoriedade de publicação em meios de comunicação institucionais.  
92 **2.1.13-** A conselheira Veronica Calado acolheu a sugestão e comentou sobre a exigência  
93 de proficiência em língua estrangeira, referindo-se a comentário da professora Renata, e  
94 abriu debate sobre a obrigatoriedade e o momento de comprovação da proficiência.  
95 **2.1.14-** O conselheiro Alexandre Guedes defendeu que os programas devem manter  
96 critérios mínimos de compreensão de textos em línguas estrangeiras, e a conselheira  
97 Adriana Vivacqua destacou que alguns programas aceitam candidatos com proficiência  
98 insuficiente, desde que cumpram a exigência no decorrer do curso. **2.1.15-** A conselheira  
99 Veronica Calado sugeriu que a forma de comprovação ficasse a critério dos programas,  
100 mantendo a exigência em termos genéricos. **2.1.16-** A conselheira Cláudia Figueiredo  
101 alertou para os riscos de tornar o texto da resolução excessivamente prescritivo,  
102 defendendo maior flexibilidade para respeitar as especificidades de cada área. Em relação  
103 ao artigo vigésimo oitavo, debateu-se sobre prazos diferenciados para discentes que se  
104 tornam pais ou mães durante o curso. **2.1.17-** O conselheiro Roberto Guardatti trouxe  
105 importante contribuição ao destacar que homens trans também podem gestar, solicitando  
106 redação inclusiva. **2.1.18-** A conselheira Claudia Rodrigues sugeriu o uso de termos como  
107 “parturiente” e alertou sobre a necessidade de tratar a adoção com o mesmo rigor,  
108 reconhecendo o tempo de adaptação da criança adotada. **2.1.19-** A conselheira Cláudia  
109 Figueiredo sugeriu ajustar a redação para não excluir casais heteroafetivos ou  
110 homoafetivos. **2.1.20-** Quanto à integridade acadêmica, a conselheira Cláudia Rezende  
111 propôs incluir dispositivo que trata de plágio e condutas antiéticas, sugerindo que fosse  
112 inserido no artigo trigésimo primeiro, o que foi acolhido de forma unânime. O artigo  
113 trigésimo terceiro foi mantido, e o artigo trigésimo quarto foi adaptado para contemplar  
114 situações de cotutela, agora formalmente aprovadas no Conselho. **2.1.21-** A conselheira  
115 Veronica Calado sugeriu suspender a discussão do artigo trigésimo sexto até que haja  
116 regulamentação oficial da CAPES e do Conselho Nacional de Educação sobre ensino  
117 híbrido. O artigo trigésimo nono foi lido e analisado com base nas exigências de carga  
118 horária mínima de trinta horas por atividade, considerando questionamentos sobre sua  
119 adequação a diferentes perfis de curso. **2.1.22-** A proposta de prorrogação da sessão  
120 por trinta minutos foi submetida à votação, sendo negada com uma abstenção.  
121 Encerrando os trabalhos, o presidente João Neto apresentou a professora Fernanda Melo,  
122 nova integrante da PR2, e agradeceu a todos os presentes pela colaboração nas  
123 discussões. Nada mais havendo a tratar, a Sessão foi encerrada às 12h22. Para constar,  
124 eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação,  
125 será assinada pela Presidente da Sessão, Professor João Ramos Torres de Mello Neto, e  
126 por mim.

127  
128 Adriene Campelo do Amaral  
129 Secretária

João Ramos Torres de Mello Neto  
Presidente